

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS

OFÍCIO CIRCULADO N.º 90027, DE 5 DE JULHO, DA ÁREA DE COBRANÇA DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

O Ofício Circulado n.º 90027, de 5 de julho, informou que na inscrição eletrónica como residente não habitual (nos termos do n.º 10 do artigo 16º Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)) foi criado um novo estado de situação: “Suspensão” [\[L\]](#).

DESPACHO N.º 271/2019-XXI, DE 5 DE JULHO, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

O Despacho n.º 271/2019-XXI, de 5 de julho, prorrogou o prazo de entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES/DA) e ficheiro SAF-T [\[L\]](#).

NOTA INFORMATIVA, DE 4 DE JULHO, DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTO DE CONTRIBUINTES

A Nota Informativa, de 4 de julho, informou que a Autoridade Tributária e Aduaneira iniciou a atribuição de uma nova gama de número de identificação fiscal às pessoas singulares, cujo algarismo inicial é 3 [\[L\]](#).

LEGISLAÇÃO

PORTARIA N.º 238/2019, DE 30 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 238/2019, de 30 de julho, definiu os critérios de fixação do capital mínimo e os demais requisitos mínimos do seguro de responsabilidade civil profissional a subscrever pelas entidades que pretendam prestar serviços de iniciação do pagamento ou serviços de informação sobre contas [\[L\]](#).

PORTARIA N.º 233/2019, DE 25 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 233/2019, de 25 de julho, regulamentou o regime das notificações e citações efetuadas por transmissão eletrónica de dados em área reservada no Portal das Finanças, designado como «Notificações e Citações Eletrónicas – Portal das Finanças» (NCEPF), previsto no artigo 38º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário [\[L\]](#).

PORTARIA N.º 230/2019, DE 23 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 230/2019, de 23 de julho, alterou a Portaria n.º 12/2010, de 17 de janeiro, que aprovou a tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 72º e no n.º 4 do artigo 81º do CIRS [\[L\]](#).

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 34/2019, DE 17 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A Declaração de Retificação n.º 34/2019, de 17 de julho, retificou o artigo 5º da Portaria 200/2019, de 28 de junho, que estabeleceu os prazos para a declaração inicial do Registo Central de Beneficiário Efetivo [\[L\]](#).

AVISO N.º 1157/2019, DE 17 DE JULHO, DA DIREÇÃO - GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O Aviso n.º 1157/2019, de 17 de julho, informou as taxas supletivas de juros moratórios, em vigor no 2º semestre de 2019, relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas [\[L\]](#).

PORTARIA N.º 223/2019, DE 17 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

A Portaria n.º 223/2019, de 19 de julho, procedeu à primeira alteração à Portaria n.º 182/2019, de 11 de junho, que regulou o regime excecional aplicável à apresentação dos pedidos de pagamento relativos a despesas pagas, em numerário, pelos beneficiários aos seus fornecedores no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020) [🔗](#).

PORTARIA N.º 219/2019, DE 16 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 219/2019, de 16 de julho, regulou a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento da obrigação de comunicação prevista no n.º 1 do artigo 10º-A do Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro [🔗](#).

PORTARIA N.º 214/2019, DE 5 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

A Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, definiu a medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, no âmbito do Programa Regressar [🔗](#).

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 2019/1129, DE 2 DE JULHO, DA COMISSÃO EUROPEIA

O Regulamento de Execução (EU) n.º 2019/1129, de 2 de julho, alterou o Regulamento de Execução (EU) n.º 79/2012 que estabeleceu as normas de execução de certas disposições relativas à cooperação administrativa e à luta contra a fraude no domínio do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) [🔗](#).

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO N.º 299/2019, DE 12 DE JULHO, DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O Acórdão n.º 299/2019, de 12 de julho, por um lado, não julgou inconstitucional a norma extraída do n.º2 do artigo 135º-B do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), no sentido de incluir, no âmbito de aplicação do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis, os «terrenos para construção» com fins de comércio, indústria, serviços ou outros e, por outro lado, não conheceu da questão relativa à norma do artigo 135º-A do CIMI, no sentido de incluir, no âmbito de aplicação subjetiva do imposto, as entidades que detêm património imobiliário como consequência inevitável da atividade económica que desenvolvem [🔗](#).

COMUNICAÇÕES

O Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, em 12 de julho, disponibilizou o Relatório de Atividades Desenvolvidas de “Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras” implementadas no ano de 2018 [🔗](#).

NOTÍCIAS

A redução do IVA na componente fixa de eletricidade e gás natural para potência contratada até 3,45 kVA entrou em vigor no dia 1 de julho, na sequência do Decreto-Lei n.º 60/2019, de 13 de maio, que determinou a aplicação da taxa reduzida do IVA [🔗](#).